

**COVID-19**

# 70% dos infectados podem ter sequelas até um ano após alta hospitalar, diz estudo

Em recuperação da Covid-19 desde setembro de 2020, José Carlos de Araújo sentiu na pele a forma mais grave da doença. Na época, ele chegou a ficar 30 dias internado na UTI de um hospital particular do Distrito Federal.

Um ano após ter recebido alta hospitalar, o servidor público ainda convive com sequelas do vírus, como fraqueza muscular, pressão alta, doença renal crônica e dificuldades de locomoção na perna esquerda. Ele conta que o tratamento tem sido difícil. “Há três meses eu tive que começar a fazer hemodiálise porque meus rins ficaram fracos. É muito difícil para uma pessoa uma vida normal agora estar vivendo nessa situação complicada”, lamentou.

O que aconteceu com o Car-

los não é um caso isolado. Segundo uma pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), 70% dos pacientes que tiveram Covid-19 apresentam algum tipo de sequela até um ano após a alta hospitalar. Cerca de 800 pacientes foram acompanhados pelos pesquisadores entre o fim de março do ano passado e julho deste ano e os principais sintomas relatados são fraqueza, fadiga e falta de ar.

O médico pneumologista Carlos Carvalho, diretor da UTI Respiratória do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), participou da pesquisa. “Isso foi uma enorme surpresa. Nós estamos acostumados a conviver com al-



guns vírus e raramente esses vírus podem deixar sequelas. O que mais surpreendeu é que o coronavírus vem deixando sequelas”.

Ainda de acordo com o médico, eles vão pesquisar o que levou a esses problemas relatados pelos pacientes. “Agora nós estamos investigando se essa falta de ar é um problema

pulmonar ou se é esse problema de fadiga e cansaço cardíaco. Além disso, se o distúrbio muscular é porque a musculatura ainda não tenha se recuperado”, concluiu.

A pesquisa contou com a participação de 15 áreas e especialidades para entender o real escopo que as sequelas podem assumir, desde a pneu-

mologia até a psiquiatria.

**Reabilitação pós-Covid**

Com base nisso, o Ministério da Saúde está oferecendo o curso de reabilitação de pacientes com condições pós-Covid-19 para profissionais da saúde. A pasta quer que os profissionais compreendam as consequências e impactos da Covid-19.

Outro pilar do curso é fazer o aluno aprender processo de reabilitação motora, neurofuncional, cardiorrespiratória e das funções mentais, cognitivas e psicológicas de pacientes com condições pós-covid.

O público-alvo são profissionais de nível superior que atuam no processo de reabilitação de nível hospitalar, ambulatorial e domiciliar: médicos, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, en-

fermeiros, fonoaudiólogos, nutricionistas, assistentes sociais, profissionais das equipes da atenção primária e outros.

O curso é gratuito e os interessados em participar devem se inscrever no site covid.saiteava.org/.

**Dados da Covid-19**

O Brasil registrou mais 15.609 casos e 373 óbitos por Covid-19, quarta terça-feira (20), de acordo com o balanço mais recente do Ministério da Saúde. Desde o início da pandemia, mais de 210.147.125 milhões de brasileiros foram infectados pelo novo coronavírus. O Rio de Janeiro ainda é o estado com a maior taxa de letalidade entre as 27 unidades da federação (5,17%). O índice médio de letalidade do País estava em 0,29%. Fonte: Brasil 61

**REFORMA TRIBUTÁRIA**

# Especialistas afirmam quais impactos sobre a população serão sentidos a médio e longo prazo

Especialistas apontam que a aprovação da reforma tributária (PEC 110/19), na forma do relatório do senador Roberto Rocha (PSDB/MA), só traria benefícios para a população - como a queda no preço dos produtos e aumento do emprego - a médio e longo prazo.

A PEC prevê a unificação dos principais tributos sobre o consumo no país, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal. Na prática, a proposta cria um Imposto sobre Valor Agregado, o IVA.

Como esse tributo se divide em dois, passou a ser conhecido como IVA Dual: um IVA da União, que unificaria PIS e Cofins, chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um IVA para os entes subnacionais (estados e municípios), que unificaria o ICMS e o ISS, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Para Eduardo Maneira, presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da OAB, o texto é um avanço no sistema tributário, porque racionaliza e simplifica a cobrança de impostos, o que pode beneficiar os cidadãos. “Se essa reforma for aprovada, eu acho que não num curto prazo, mas num médio prazo, sim, a população como um todo vai sentir seus efeitos, porque ela moderniza a tributação do consumo, nos aproximando do que é a tribu-

tação nos países mais desenvolvidos”, avalia.

Segundo Pierre Souza, professor de finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a reforma tributária vai simplificar o ambiente de negócios para os investidores e para as empresas brasileiras, beneficiando os consumidores indiretamente. “Não é um tipo de reforma que do dia para a noite a gente já vê o impacto e tudo fica diferente no país e é uma revolução. Não é ‘agora vamos passar essa PEC, os impostos vão diminuir ou coisa assim’. É aquele tipo de reforma que tem um impacto muito grande no longo prazo”, destaca.

No entanto, ele diz que a população mais pobre poderá sentir melhorias mais rapidamente. Hoje, os itens da cesta básica são desonerados. Ou seja, há menos impostos sobre esses produtos. Qualquer pessoa que compra um saco de arroz, por exemplo, tem esse benefício fiscal. A proposta do senador Roberto Rocha (PSDB/MA) acaba com a desoneração no produto, mas cria a possibilidade de os consumidores de menor renda “pagarem menos”.

“Eu pego quem está no Cadastro Único e para essa pessoa eu devolvo o [dinheiro] que ela teria pago de tributos sobre itens da cesta básica. Ao invés de ter um benefício para todos os produtos de cesta básica, ou

seja, mesmo quem não precisa se beneficiar, a gente passa a ter um benefício muito mais voltado para quem realmente precisa”, destaca Pierre.

O senador Roberto Rocha (PSDB/MA), relator da PEC 110/2019, afirma que o estorno de dinheiro aos mais pobres será possível com a adoção do sistema eletrônico. “É focar naqueles que são mais necessitados e têm que ser [os] mais favorecidos. O arroz, o feijão, os remédios vão ficar mais baratos por várias razões, uma delas é que você hoje tem poucos pagando muito. Nós, com o sistema eletrônico, vamos incluir todo mundo. Teremos muitos pagando menos, pagando pouco. Mas, isso não é do dia para a noite. Não se dorme com um sistema e acorda com outro. Isso tem uma transição”.

Thiago Sorrentino, professor de Direito Tributário do Ibmeq Brasília, diz que a proposta de reforma tributária é boa, mas que sozinha vai ser insuficiente para trazer uma mudança para vida dos mais pobres, especialmente a curto prazo. “Esperamos que a reforma tributária traga melhorias no ambiente de negócios e isso é que vai levar, posteriormente, ao aumento do emprego, da possibilidade de remuneração. Isso só vai se dar a médio, mas muito provavelmente a longo prazo.”

**Apoio e oposição**

A reforma do sistema tributário brasileiro está em discussão há cerca de 30 anos. No entanto, as propostas em torno da modernização do sistema esbarravam na falta de consenso entre os setores produtivos, como o comércio, o serviço e a indústria, e os entes da federação, como a União, os estados e os municípios.

No início de outubro, dia 5, quando o relatório da PEC 110/2019 foi entregue, estavam presentes, além do relator senador Roberto Rocha (PSDB/MA), o presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e o presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles.

As entidades manifestaram apoio ao texto, assim como a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outras. Segundo Roberto Rocha, estados de perfis muito diferentes, como Piauí e São Paulo, manifestaram apoio à proposta.

“De tal modo que percebo que, nessa construção de consenso, a gente chegou muito longe. Acho que não podemos

perder essa janela de oportunidades, talvez seja a última dessa geração, para aprovar isso e correr contra o tempo”, reforça.

De acordo com especialistas, o relatório tem amplo apoio, mas há duas oposições consideráveis: dos municípios de médio e grande porte e do setor de serviços. “As empresas prestadoras de serviços vão ser realmente prejudicadas, vão ter um aumento de carga tributária; e as grandes capitais, que geram muitos recursos, especialmente em relação ao novo ICMS [também serão prejudicadas]. Então, não é uma unanimidade”, destaca Thiago Sorrentino.

Pierre Souza analisa que a resistência dos municípios de médio e grande porte ao texto é o maior obstáculo para a aprovação da PEC 110. “Em geral, os municípios são amplamente favoráveis, mas tem alguns poucos e com muito peso, que são aqueles que arrecadam de forma mais significativa e, claro, vão ter que dividir um bolo mais geral, têm alguma resistência.”

A oposição dessas cidades à proposta faz com que Eduardo Maneira esteja cético quanto à aprovação da reforma tributária. “Sabemos da força política que os prefeitos têm no Brasil e os municípios perderem o ISS é... algo, para eles, inaceitável, principalmente, os grandes mu-

nicipios. Parece-me que até os pequenos municípios apoiariam essa reforma tributária, mas cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, são radicalmente contra”, lembra.

Fabio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), disse que a simplificação tributária proposta é controversa. “Em que pese o fato de a PEC prever a extinção de diversos impostos, a grande questão é que nós teríamos que conviver com dois sistemas tributários por alguns anos: o atual e o apontado a partir da PEC. Será que as empresas vão conseguir coexistir com dois sistemas, um caótico, e um sistema novo, por tantos anos?”, questiona.

Segundo ele, o relatório traz “sérias dúvidas” sobre o impacto da carga tributária, especialmente sobre o setor de serviços. “O texto e a proposta ainda não estabelecem qual é a alíquota neutra dos impostos criados e a gente sabe que o imposto vai ter que garantir, no mínimo, a mesma arrecadação gerada hoje para os entes federativos. É provável que as alíquotas sejam bastante elevadas e as empresas do setor de serviços sejam oneradas por não terem capacidade de gerarem créditos tributários como outros setores da economia”, critica. Fonte: Brasil 61



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

**AVISO DE LICITAÇÃO.** A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, registrada sob nº 02/2.021, que objetiva à alienação dos imóveis urbanos, pertencentes à Municipalidade (Matrículas nºs 24.911, 27.719, 36.919, 37.006, 37.455, 39.186, 42.782, 44.343, 44.347, 44.348, 44.349, 45.833 e 45.923 do CRI desta Cidade), sendo o lance ou oferta não inferior ao preço apurado na média aritmética das avaliações apresentadas por três imobiliárias da cidade, conforme Lei Municipal nº 5.184, de 16 de julho de 2.021, conforme Edital. sendo o seu encerramento às 09:00 horas do dia 22 de novembro de 2.021, com a abertura dos envelopes às 09hrs:30 minutos do mesmo dia. As Licitantes interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3622-3000 - Ramal 3033 ou 3056, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.jales.sp.gov.br., podendo ser retirado gratuitamente. Jales - SP, aos 19 de outubro de 2021. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. PREFEITO.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

**COMUNICADO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2.021  
PROCESSO Nº 138/2.021

A Prefeitura do Município de Jales-SP, comunica por meio deste, que a Publicação do Aviso de Licitação do prego em epígrafe, objetivando Aquisição de material permanente para adequação e realização das atividades realizadas na Secretaria de Saúde, ESFs, SAE e Atenção Básica em Saúde Bucal, a serem entregues em parcela única, em atendimento as necessidades do Município, agendado para cadastramento das propostas até as 08h00min do dia 22 de novembro de 2.021. TORNA-SE SEM EFEITO, as publicações Diário Oficial do Estado página 131, Diário Oficial do Município página 02, Diário Oficial da União página 381, Folha Regional Hoje página 02, Jornal a Cidade página 05, publicado no dia 14/10/2021. Para correções pertinentes e após remarcar e publicar nova data da sessão. Jales - SP, 20 de outubro de 2.021. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. Prefeito.

### Prefeitura Municipal de Pontalinda

Demonstrativo de Aplicação no Ensino  
(Artigo 212, da Constituição Federal de 1988; Artigo 256, da Constituição Estadual)

Período: Janeiro/2021 a Setembro/2021

RECEITA DE IMPOSTOS		APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL	
Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
PROPRIOS	535.500,00	787.943,75	TOTAL (25%)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	10.310.000,00	8.183.846,78	3.995.125,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	5.135.000,00	3.816.054,64	3.196.961,29
<b>TOTAL</b>	<b>15.980.500,00</b>	<b>12.787.845,17</b>	
RETENÇÕES AO FUNDEB	2.787.000,00	2.317.329,83	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>13.193.500,00</b>	<b>10.470.515,34</b>	

#### DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

DESPESAS TOTAIS				
Dotacao Atualizada (para o Exercício)	Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
Valor	%	Valor	%	
<b>TOTAL</b>	<b>4.638.079,00</b>	<b>29,02</b>	<b>3.429.539,48</b>	<b>26,82</b>
EDUCAÇÃO INFANTIL	122.700,00	0,77	44.664,81	0,35
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	1.728.379,00	10,82	1.067.544,84	8,35
RETENÇÕES AO FUNDEB	2.787.000,00	17,44	2.317.329,83	18,12

DEDUÇÕES				
Valor	%	Valor	%	
<b>TOTAL</b>	<b>323.882,45</b>	<b>2,53</b>	<b>323.885,61</b>	<b>2,53</b>
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO	323.882,45	2,53	323.885,61	2,53

DESPESAS LÍQUIDAS				
Valor	%	Valor	%	
<b>TOTAL</b>	<b>3.105.657,03</b>	<b>24,29</b>	<b>3.040.693,92</b>	<b>23,78</b>
EDUCAÇÃO INFANTIL	44.664,81	0,35	31.139,95	0,24
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	1.067.544,84	8,35	1.016.109,75	7,95
RETENÇÕES AO FUNDEB	1.993.447,38	15,59	1.993.444,22	15,59

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leilante do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

SISINIO DE OLIVEIRA LEAO  
Prefeito Municipal

NILTON CARLOS TONHOLO  
Contador CRC 159224295/0-0

LEILA ADRIANA DE SOUZA  
Secretária de Educação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial

Pregão Presencial nº 32/2021

Processo CL/PMP nº 64/2021

Encontra-se aberto nesta Municipalidade Pregão Presencial, que tem por objetivo a aquisição de materiais de construções de qualidade a serem destinados as manutenções, reparos, reformas, conservação e adequação em vários setores desta Municipalidade, com fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional, Data para apresentação de propostas até às 09:00 horas do dia 04 de novembro de 2.021. O edital completo encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site WWW.pontalinda.sp.gov.br/licitacoes, Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699.8780.

Pontalinda, 20 de outubro de 2.021

Sisínio de Oliveira Leão

Prefeito Municipal

### Prefeitura Municipal de Pontalinda

Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB  
(Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)

Período: Janeiro/2021 a Setembro/2021

RECEITAS DO FUNDEB		RETENÇÕES AO FUNDEB	
Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período	Prev. Atualizada Para Exercício	Retido Até o Período
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	2.499.500,00	2.225.818,39	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS
RECEITAS DE APLIC. FINANCEIRAS	17.200,00	4.745,54	2.787.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.516.700,00</b>	<b>2.230.563,93</b>	2.317.329,83

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATORIAS		APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO	
Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período	Transferências Recebidas	Retenções
TOTAL DA RECEITA	2.516.700,00	2.230.563,93	TOTAL DA RECEITA
MAGISTÉRIO (70%)	1.761.690,00	1.561.394,75	2.225.818,39
			2.317.329,83
		Diferença (Recebido-Retido): (Perda)	-91.511,44

#### DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS TOTAIS				
Dotacao Atualizada (para o Exercício)	Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
Valor	%	Valor	%	
<b>TOTAL</b>	<b>3.162.729,00</b>	<b>125,66</b>	<b>1.901.935,94</b>	<b>85,26</b>
MAGISTÉRIO	2.361.500,00	93,83	1.291.201,99	57,88
OUTRAS	801.229,00	31,83	610.733,95	27,38

DEDUÇÕES			
Valor	%	Valor	%
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00
OUTRAS	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LÍQUIDAS				
Valor	%	Valor	%	
<b>TOTAL</b>	<b>1.901.935,94</b>	<b>85,26</b>	<b>1.901.932,78</b>	<b>85,26</b>
MAGISTÉRIO	1.291.201,99	57,88	1.291.201,99	57,88
OUTRAS	610.733,95	27,38	610.730,79	27,38

### Prefeitura Municipal de Pontalinda

Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB  
(Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)

Período: Janeiro/2021 a Setembro/2021

#### Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 14.113/2020

Total da Complementação da União VAAT arrecadado		0,00	
Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital		15%	
Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
Valor	%	Valor	%
Complementação da União VAAT - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00

#### Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 14.113/2020

Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil		50%	
Despesa Empenhada (ate o Período)	Despesa Liquidada (ate o Período)	Despesa Paga (ate o Período)	
Valor	%	Valor	%
Complementação da União VAAT	0,00	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leilante do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

SISINIO DE OLIVEIRA LEAO  
Prefeito Municipal

NILTON CARLOS TONHOLO  
Contador CRC 159224295/0-0

LEILA ADRIANA DE SOUZA  
Secretária de Educação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

17º Extrato de Aditamento de Contrato

Contratante: Pm Pontalinda

Contratada: João Carlos Cavassani – Cavassani Auto Posto

Objeto: Aquisição de combustíveis destinados a frota de veículos desta Municipalidade, com fornecimento de forma diária, imediata e parcelada, conforme a solicitação, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional. referente a alta de preços

a) Litro de álcool etanol passa de R\$ 4,59 para R\$ 4,75

Contrato nº 02/2021

Data: 18/10/2021

Pregão Presencial 01/2021

Processo CL/PMP 01/2021

Sector de Licitações e Contratos

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

16º Extrato de Aditamento de Contrato

Contratante: Pm Pontalinda

Contratada: João Carlos Cavassani – Cavassani Auto Posto

Objeto: Aquisição de combustíveis destinados a frota de veículos desta Municipalidade, com fornecimento de forma diária, imediata e parcelada, conforme a solicitação, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional. referente a alta de preços

a) Litro de gasolina passa de R\$ 5,93 para R\$ 6,05

Contrato nº 02/2021

Data: 18/10/2021

Pregão Presencial 01/2021

Processo CL/PMP 01/2021

Sector de Licitações e Contratos

## CÂMARA MUNICIPAL SANTA ALBERTINA

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao estabelecido no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000, a Câmara Municipal de Santa Albertina, CONVOCA toda a população para participar da Audiência Pública visando a discussão do Projeto de Lei nº 1.174 de 15/09/2021 que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2022 e dá outras providências.

PROGRAMAÇÃO:

Dia: 26 de outubro de 2021.

Local: Câmara Municipal de Santa Albertina

Endereço: Rua Armino Pilhalarme, nº 1132, Centro, Santa Albertina-SP

Horário de início: 15:00 horas

Santa Albertina, 20 de outubro de 2021

JOSÉ LAZARO JUNIOR

Presidente

## PREFEITURA MUNICIPAL URÂNIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2021

A Prefeitura Municipal de Urânia (SP) torna público que fará realizar o certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos e insumos para rede de saúde do município de Urânia/SP.

Os documentos para o credenciamento, envelope proposta e documentação de habilitação deverão ser entregues à Avenida Brasil, nº. 390, centro, nesta cidade, impreterivelmente até as 09h00min do dia 09 de novembro de 2021, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal e o credenciamento e abertura dos envelopes será realizado na sequência.

Editais completos e maiores informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, de Segunda a Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min pelo e-mail: licitacao@urania.sp.gov.br.

Prefeitura Municipal de Urânia (SP), em 21 de outubro de 2021.

MARCIO ARJOL DOMINGUES.

Prefeito Municipal.

expediente



Diretor Responsável:

IVAIR BOLOGNA

Redação:

Ivaír Bologna

Higor Sanches Alonso

IMPRESSÃO:

TOTALGRAPH

PERIODICIDADE: TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS

E-mail: jn.folharegional@gmail.com

Os artigos assinados não representam a opinião deste jornal

Circulação:



Rua Pedro

Modesto

André Padilha,

nº 80 – Distrito

Industrial

II – Jales/SP

Fone Fax (17)

3632-6889



Junior Soler

Cel. (17) 99785-1119

Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200

Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: jrjoler@unijales.edu.br www.unijales.edu.br

ECONOMIA

# Brasil prevê reduzir emissão de 1 bilhão de toneladas de gases do efeito estufa na agricultura até 2030

Nos próximos dez anos, o Brasil deve ampliar as áreas agropecuárias sustentáveis para reduzir em mais de 1 bilhão de toneladas a emissão de gases de efeito estufa (GEE). No período de 2010-2020 o país superou a meta traçada em 46%.

Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (18) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, durante o lançamento das novas metas de consolidação da economia de baixa emissão de carbono na agropecuária, no âmbito do programa ABC+. O plano prevê ampliar as áreas com uso de tecnologias e práticas sustentáveis em 72 milhões de hectares, até 2030.

Na última década - entre 2010 e 2020 - o País tinha a missão de alcançar 35 milhões de hectares manejados com algum tipo de tecnologia de baixo carbono. Entretanto, o resultado foi 46% acima das expectativas iniciais, com cerca de 52 milhões de hectares adaptados à sustentabilidade no campo, que contribuíram na redução de

cerca de 170 milhões de toneladas de CO<sup>2</sup> na atmosfera.

Para isso, o Governo Federal investiu na conscientização dos produtores para as práticas e na adoção das tecnologias de emissão de baixo carbono, como recuperação de pastagens degradadas, sistemas de plantio direto, florestas plantadas, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos de animais.

“Trata-se de uma das mais ambiciosas políticas públicas de agropecuária do mundo, que traça metas ousadas para aprimorar a sustentabilidade da produção brasileira ao longo da próxima década, e manter o Agro na vanguarda dos esforços de enfrentamento da mudança do clima”, disse Teresa Cristina, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O MAPA vai manter o estímulo e a conscientização do produtor para adoção e manutenção de sistemas agropecuários sustentáveis, de forma a promover aumento da produtividade e da renda das



propriedades, capacitando e divulgando as tecnologias de baixo carbono entre os produtores rurais.

O Governo Federal também pretende aumentar os investimentos nas pesquisas de estímulo ao desenvolvimento de técnicas e sistemas, produtos e processos produtivos de baixo carbono, por meio do próprio

MAPA, além de Embrapa e Senar.

Além disso, pretende criar mecanismos de reconhecimento do trabalho do produtor sustentável, em que a produção seja valorizada. Ou seja, a ideia é agregar valor “verde” aos frutos do investimento do agricultor e do pecuarista.

Por fim, o ABC+ prevê a im-

plementação de instrumentos de comercialização de créditos de redução de gases de efeito estufa (GEE) aos produtores e a maior interação com as instituições financeiras provedoras de financiamentos ao setor.

“Estamos trabalhando em conjunto - com os demais ministérios do governo - para um Brasil melhor, mais verde, e,

principalmente, mostrando para o produtor que, se ele produzir de maneira sustentável, ele terá mais renda”, pontuou a ministra do MAPA.

Nos municípios

A Associação Brasileira de Municípios (AMB), por exemplo, coordena ações de orientação aos gestores municipais para combate ao desmatamento e diminuição da emissão de gases do efeito estufa nas cidades. A iniciativa é fruto de diretrizes traçadas pelo Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, que pretende estabelecer as metas do Acordo de Paris nos municípios do País.

O tratado é um compromisso mundial assinado por 195 países no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que rege medidas de redução de emissão de gases de efeito estufa a partir de 2020. O objetivo é conter o aumento do aquecimento global em 1,5°C, reforçando a capacidade dos países de se desenvolverem em um contexto sustentável.

CONFIRMAÇÃO

# SP anuncia orçamento recorde para ciência e tecnologia em 2022

USP, Unicamp, Unesp e Fapesp devem receber R\$ 17 bilhões no próximo ano, maior valor da história destinado pelo Estado

O Governador João Doria anunciou nesta quarta-feira (20) o repasse de R\$ 1 bilhão para as universidades estaduais até o final deste ano. Além do crédito suplementar, Doria confirmou orçamento recorde de R\$ 17 bilhões em 2022 para USP, Unesp, Unicamp e Fapesp, maior valor da história já reservado para as instituições pelo Estado.

“É um orçamento robusto e o maior de toda a história”, declarou Doria. “Em um momento triste do Brasil, em que o obscurantismo custou milhares de vidas que se foram com a COVID-19, São Paulo reafirma a confiança e a crença na ciência, com um

investimento tão expressivo, e a convicção que o conhecimento é a melhor vacina contra a ignorância”, acrescentou o Governador.

O anúncio contou com a presença dos reitores Vahan Agopyan, da USP, e Tom Zé, da Unicamp, além do presidente da Fapesp, Marco Antonio Zago. “Nós estamos mostrando que não é só discurso, é prática no estado de São Paulo o compromisso com a ciência, tecnologia e inovação”, disse a Secretária de Desenvolvimento Econômico Patricia Ellen.

Em relação ao orçamento previsto para as universidades estaduais em 2018, o



aumento geral para o próximo ano é da ordem de 41%. Com o investimento recorde em ciência, tecnologia e inovação, o Governo do Estado garante que as instituições

tenham retorno seguro às aulas presenciais em 2022 e investimento em infraestrutura física e tecnológica.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econô-

mico, o reajuste no orçamento de 2022 será dividido da seguinte forma: a USP terá aumento de 24%, recebendo R\$ 7,6 bilhões; a Unesp receberá R\$ 3,8 bilhões, um acréscimo de 22% em relação a 2021; a Unicamp ficará com 17% a mais, totalizando R\$ 3,7 bilhões; e a Fapesp ganhará reajuste de 15% sobre o atual orçamento, recebendo R\$ 1,85 bilhão.

O orçamento de 2022 integra um plano de investimentos elaborado pelas universidades e para melhoria de infraestrutura, modernização de redes, compra de materiais, apoio à permanência estudantil e monitoramento

da saúde física e mental das comunidades acadêmicas.

Já em relação ao orçamento deste ano, o crédito suplementar de R\$ 1 bilhão será dividido conforme os critérios determinados na distribuição de 9,57% do ICMS. A divisão prevê R\$ 525,6 milhões para a USP, R\$ 245 milhões para a Unesp e R\$ 229,4 milhões para a Unicamp.

A verba repassada pelo Estado será empregada em despesas de investimento, atualizando a infraestrutura das universidades e permitindo sua adaptação ao momento de retomada econômica e social do cenário pós-pandemia.

RITMO

# São Paulo registra expansão de 56,5% de novas unidades de supermercados no primeiro semestre

Levantamento realizado pela Geofusion, líder no segmento de inteligência geográfica no país, aponta que o Estado de São Paulo teve um ritmo maior de abertura de supermercados no primeiro semestre de 2021 que o registrado no período pré-pandemia. Enquanto o primeiro semestre de 2019 houve aumento de 39,3% de novas unidades, nos seis primeiros meses de 2021, esse número registrou alta de 56,5% - em números absolutos isso significa mais 6.973 unidades abertas no estado. Em 2020, esse dado ficou em 9,5%. O potencial per capita

de compras no estado, neste ano, é de R\$ 2,56 mil.

Do ponto de vista nacional, o levantamento da Geofusion, aponta que o ritmo de abertura de supermercados no primeiro semestre de 2021 superou o índice registrado no período pré-pandemia. Enquanto o primeiro semestre de 2020 teve 8,4% novas lojas a mais que no mesmo período do ano anterior, nos seis primeiros meses de 2021, o número de novas unidades registrou alta de 43,9%.

O setor, considerado essencial para o comércio varejista, foi um dos poucos que se manteve a pleno vapor mesmo du-

rante o auge da crise sanitária. Destacam-se, nesse contexto, o fato de as pessoas terem ficado mais tempo em casa, com o aumento do consumo de alimentos nos domicílios, e o pagamento do auxílio emergencial, que garantiu renda mínima aos mais vulneráveis.

Com o início da pandemia em 2020, muitas inaugurações foram adiadas. Os dados mais atuais fornecidos pela Geofusion, mostram que no primeiro semestre deste ano o setor de supermercados recuperou seu ritmo de crescimento pré-pandemia.

O segmento de supermerca-

dos tem apresentado tendência de expansão desde 2015 em todo o país. Até 2018, houve variação entre 15% e 20%, no primeiro semestre. De janeiro a junho de 2019, o aumento do número de novas unidades foi ainda maior: 39,5% em relação ao primeiro semestre de 2018. Com o início da pandemia em 2020, muitas inaugurações acabaram sendo adiadas.

Os dez estados que registram maior expansão, no primeiro semestre de 2021, foram: Acre (86,0%), Sergipe (70,5%), Pernambuco (63,9%), Roraima (63,5%), Bahia (61,9%), Piauí (59,6%),

São Paulo (56,5%), Amapá (56,5%), Tocantins (52,2%) e Paraíba (48,0%). Todos esses estados vinham apresentando crescimento no indicador, e, em diversos momentos, estiveram no ranking dos estados com maior expansão em termos proporcionais.

Quando se trata de números absolutos, destacam-se São Paulo, com abertura de quase sete mil lojas; Bahia, com quase quatro mil unidades; Minas Gerais, com 3,3 mil; Rio de Janeiro, com 2,6 mil; Rio Grande do Sul e Ceará, ambas com aberturas de aproximadamente 2,2 mil unidades, e

por fim, Pará, Goiás, Paraná e Pernambuco, com cerca de 1,8 mil novos estabelecimentos.

Desenvolvida pela Geofusion a partir de metodologia própria, a estimativa anual per capita de consumo de alimentos no domicílio é maior nos seguintes estados: Rio Grande do Sul (R\$ 2,60 mil), São Paulo (R\$ 2,56 mil), Santa Catarina (R\$ 2,56 mil), Amapá (R\$ 2,52 mil), Distrito Federal (R\$ 2,50 mil), Rio Grande do Norte (R\$ 2,44 mil), Paraná (R\$ 2,26 mil), Mato Grosso do Sul (R\$ 2,20 mil), Goiás (R\$ 2,16 mil) e Rio de Janeiro (R\$ 2,16 mil).

SAÚDE

# Encurtamento muscular: o lado ruim do home office

Dores e redução da amplitude de movimento são os principais sinais de que seus músculos estão encurtados

Como tudo na vida, o home office tem seus prós e seus contras. Pode até ser bom não precisar ficar horas no trânsito para chegar ao escritório. Mas, todo esse conforto significa menos movimento para seu corpo! E o corpo não foi feito para ficar parado!

Mesmo com a vacinação e a retomada de várias atividades como eventos, viagens e escolas, por exemplo, inúmeras empresas adotaram o trabalho remoto de forma permanente. Entretanto, trabalhar de casa pode não ser muito saudável para a saúde musculoesquelética.

Os prejuízos estão ligados a 3 fatores principais: à postura adotada no computador, ao mobiliário usado para trabalhar e ao agravamento do sedentarismo.

**Menos passos por dia**

Segundo a fisioterapeuta Walkíria Brunetti, especialista em RPG e Pilates, a pandemia piorou o sedentarismo.

“Trabalhar fora exige que a pessoa se movimente um pouco mais, seja para ir e voltar da empresa, para ir almoçar e até mesmo para se deslocar dentro do escritório. Já em casa, esses

movimentos são praticamente inexistentes. Mas, a falta de movimento pode, literalmente, enferrujar o sistema musculoesquelético”.

**Músculos encurtados**

Ficar muito tempo na mesma posição, principalmente trabalhando em um computador, pode levar ao encurtamento muscular.

“Isso significa que o corpo passa a ignorar a parte que não é usada. Ele se adapta na posição que demanda menos esforço, ou seja, a posição que não exige amplitude de movimento. A partir desse processo, surgem os problemas posturais e isso torna-se um ciclo vicioso”, diz Walkíria.

Alguns exemplos práticos do encurtamento muscular são a dificuldade para abaixar, para calçar sapatos, para pegar objetos no alto de um móvel. “Todos esses movimentos são prejudicados quando há encurtamento muscular e podemos, facilmente, identificar essas dificuldades no nosso dia a dia”, diz.

**Tudo dói**

Dores no ombro e no pescoço podem ser resultado do encur-



tamento dos músculos trapézio e eretores da coluna. “As pessoas têm costume de elevar os ombros e colocar a cabeça para frente, mesmo sem perceber, quando estão em frente ao computador”, comenta a fisioterapeuta.

Outra região afetada é o quadril. “Quando estamos sentados, os músculos ao redor dos quadris se encurtam. Entretanto, esses músculos desempenham um papel essencial na

estabilização da coluna. Com o tempo, a pessoa pode desenvolver uma lordose e dores na região lombar”, alerta.

A região pélvica também pode sofrer um encurtamento, uma vez que ao nos sentarmos ela é estimulada a se inclinar para trás. A pressão fica toda nos músculos da região lombar para tentar manter a estabilidade da coluna.

**Já para a RPG!**

A fisioterapia é um recurso

importante para recuperar os músculos encurtados. A Reeducação Postural Global (RPG), nesses casos, é muito indicada. O foco do método é o alongamento global do paciente, por meio do reequilíbrio e da manutenção da postura.

“A RPG pode ser realizada semanalmente. O tratamento pode durar em torno de 10 a 15 sessões. Quando o paciente termina a RPG, pode ser uma ótima ideia iniciar o Pilates, outro

método seguro em tempos de pandemia, e muito eficaz para problemas como o encurtamento muscular”, reforça Walkíria.

Dicas para manter seus músculos saudáveis

- Movimente-se! Saia para caminhar, levante-se para beber água na cozinha, vá a pé ao comércio, como padaria, banco etc. Todo movimento conta

- Pratique alguma atividade física regular, de 5 a 7 vezes por semana, como uma caminhada, aulas de natação, Pilates

- Alongue-se! Pela manhã, ao acordar, faça alongamentos e os repita ao longo dia sempre que possível

- Invista em um mobiliário adequado para o home office. Evite trabalhar no sofá, na cama ou em qualquer lugar que não seja uma estação de trabalho devidamente adaptada

- O computador deve ficar na altura dos olhos para evitar a inclinação do pescoço para baixo e do corpo para frente

- Posicione o teclado de forma que os ombros não fiquem muito elevados ou muito abaixados, pois isso pode causar curvatura da coluna vertebral

PROCESSO

# Governo de São Paulo abre audiências para renovação e ampliação da concessão de rodovias no Noroeste do Estado

Encontros com a sociedade e prefeitos regionais serão fundamentais para aprimorar o projeto e levar desenvolvimento para as cidades

O Governo de São Paulo iniciou nesta quinta (21), uma série de conversas com população, lideranças locais e prefeitos regionais para discussão do processo de renovação e ampliação de concessão de rodovias no Noroeste do Estado. As audiências públicas serão coordenadas pela ARTESP – Agência de Regulação de Transportes do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Logística e Transporte (SLT) e Subsecretaria de Parcerias, com o objetivo de apresentação da proposta inicial e recebimento das contribuições e sugestões dos municípios em relação ao projeto.

As audiências são uma forma de possibilitar a fundamental participação da sociedade no processo de concessão. A primeira delas será realizada em formato híbrido (virtual e presencial), em razão da pandemia de Covid-19, na capital paulista, na sede do DER – Departamento de Estradas e Rodagem

da SLT. Na sequência, entre os dias 25 e 27 de outubro, acontecem as audiências públicas nas cidades de Barretos, São José do Rio Preto, Penápolis e Araraquara. Para participar, os interessados devem observar os regulamentos publicados no site da ARTESP (www.artesp.sp.gov.br >> menu Transparência >> Audiências e Consultas Públicas). Todas as audiências terão transmissão aberta no canal do Youtube da ARTESP (http://youtube.com/artespsp). Após essa etapa, o governo continuará recebendo contribuições ao projeto, por meio do período de consulta pública, via site da ARTESP.

A primeira versão do projeto de renovação e ampliação da concessão de rodovias no Noroeste do Estado prevê R\$ 11,8 bilhões de investimentos em 1.046 quilômetros de rodovias. Está inclusa nesta proposta a concessão da SP 425 (trechos A, de São José do Rio Preto a Guaira, e B,

de José Bonifácio a Parapuã), da SP 373 (trecho de Severina a Colina), da SP 326 (trecho de Barretos a Colômbia) e da SP 322 (trecho de Bebedouro a Olímpia). Também está prevista a renovação de concessões da SP 351 (trecho entre Bebedouro e Catanduva), da SP 323 (trecho entre Taquaritinga e Pirangi), da SP 326 (trechos entre Bebedouro e Barretos e entre Bebedouro e Araraquara), da SP 333 (trecho entre Sertãozinho e Borborema) e da SP 310 (trecho entre São Carlos e Mirassol).

Do total de investimentos, R\$ 4,5 bilhões devem ser aplicados diretamente em ampliações e duplicações de vias, além de acessos, viadutos e intervenções, beneficiando a população de 49 municípios paulistas e aprimorando o tráfego e a segurança viária no corredor logístico que se forma a partir de alguns dos principais polos econômicos e turísticos do Estado. A proposta prevê melhorias em



vias que passam por cidades como São Carlos, Araraquara, Sertãozinho, Jaboticabal, Bebedouro, São José do Rio Preto, Olímpia, Barretos e Penápolis, entre outras.

O Programa de Concessões

Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo é referência por garantir investimentos que fizeram da malha paulista a melhor do país, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Confira o cronograma das audiências públicas do Lote Noroeste:

- 21 de outubro – 9 horas  
São Paulo – Auditório do DER (Av. do Estado, nº 777 – 5º andar – ala B. São Paulo - SP).
- 25 de outubro – 9 horas  
Barretos – Auditório da Associação Comercial e Industrial de Barretos (Rua 20, nº 725, Barretos – SP).
- 25 de outubro – 15 horas  
São José do Rio Preto – Teatro Municipal Nelson Castro (Av. Feliciano Sáles Cunha, nº 1.020 - Jardim Novo Aeroporto, São José do Rio Preto – SP).
- 26 de outubro – 10 horas  
Penápolis – Penápolis Garden Shopping, sala Espaço Garden (Rodovia Sargento Luciano Arnaldo Covolan, s/ nºParque Industrial, Penápolis – SP).
- 27 de outubro – 10 horas  
Araraquara – Auditório do SEST SENAT (Av. Antenor Elias, 1450, IV Distrito Industrial, Araraquara – SP).

CAMINHOS

# Veja 3 dicas importantes que podem trazer o sucesso do pequeno negócio

De janeiro a abril de 2021, o Brasil recebeu mais de um milhão de novas micro e pequenas empresas, segundo o Sebrae. Porém, 29% dos novos negócios no país não conseguem sobreviver às adversidades do mercado. Entre os aspectos que contribuem para isso, estão a falta de experiência no ramo de atuação, a ausência de gestão e o baixo investimento em capacitação.

Outra dificuldade recorrente é o acesso a soluções financeiras. “Instituições tradicionais contam com poucos produtos para atender pequenas empresas, o que dificulta o acesso a recursos e soluções e, em muitos casos, a sobrevivência dos novos negócios”, avalia Anderson Locatelli, CEO da Sled, plataforma que simplifica transações financeiras no varejo físico.

O executivo traz três dicas

para ajudar na organização e no sucesso dos pequenos negócios.

Estudar nunca é demais: quem está do lado de dentro do balcão, precisa estar cada vez mais antenado nas novidades do mercado. “O processo de aprendizado é contínuo. O profissional autônomo precisa investir em sua própria capacitação”, aponta o CEO.

Inovação tecnológica, use ao seu favor: a tecnologia é

um conjunto de ferramentas que podem contribuir e facilitar processos. Locatelli reforça que o seu uso pode automatizar atividades, contribuir com a diminuição de custos e tornar a gestão mais eficiente.

Soluções digitais financeiras: bancos tradicionais nem sempre são uma boa opção para pequenos negócios, devido às altas taxas de serviços e juros. Essas instituições, mui-

tas vezes, também não contam com produtos que atendam esse público. “As fintechs têm se mostrado uma alternativa mais atrativa. Tendo a tecnologia como principal aliada, elas oferecem soluções que fogem de uma taxa não correspondente ao tamanho do negócio e são personalizadas, atendendo necessidades específicas dos microempreendedores”, comenta Locatelli.

Startups financeiras oferecem ainda diversos serviços de recebimentos e transações, que contribuem para a acessibilidade nos meios de pagamento ofertados por um negócio aos seus consumidores. “Há forte investimento em novos métodos de pagamento, para facilitar as compras, atrair mais clientes e ajudar o negócio a se destacar da concorrência”, acrescenta o executivo.